



-----ATA NÚMERO QUATRO / DOIS MIL E VINTE E UM-----  
-----ATA DA REUNIÃO PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DO-----  
-----MARCO DE CANAVESES DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021-----

----- Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, nos Paços do Concelho, presidida pela Senhora Cristina Lasalete Cardoso Vieira, Presidente da Câmara Municipal do Marco de Canaveses e com a presença dos Senhores Vereadores: Mário Bruno Silva Magalhães, Paula Alexandra Rabaçal Marques, Paulo Jorge Silva Couto, Vítor Manuel de Vasconcelos Gonçalo, António Fernandes da Silva Dias, Alcino Jorge de Saraiva Vieira e comigo, Maria da Piedade Teixeira Ferreira, Coordenadora Técnica da Seção de Administração Geral, como secretário da presente reunião, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal do Marco de Canaveses. Quando eram quinze horas e trinta minutos, a Senhora Presidente declarou aberta a reunião. -

-----PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA-----

----- A Senhora Presidente passou a fornecer algumas informações acerca da atividade municipal. -----

----- Começou por informar que no dia 13 de fevereiro, o Executivo marcou presença no início do plano de vacinação contra a Covid-19, entre os bombeiros voluntários e as forças de segurança, que se encontra a decorrer em *stands* instalados junto ao Centro de Saúde do Marco, suportados financeiramente pela Câmara Municipal, que também disponibiliza assistentes operacionais para proceder à respetiva limpeza e higienização. -----

----- No dia 15 de fevereiro, decorreu uma reunião com a Santa Casa da Misericórdia do Marco, que incidiu sobre o projeto do Centro de Alojamento de Emergência Social. Explicou ser intenção da Câmara Municipal celebrar um contrato de comodato com a Santa Casa da Misericórdia para a cedência da Escola EB1 de Lardosa (Freguesia de Soalhães), para, com a anuência da Segurança Social, instalar um Centro de Alojamento de Emergência Social no local, que dará resposta não só ao Concelho de Marco de Canaveses, mas a toda a região. -----



----- Além disso, a Câmara Municipal também diligenciou a integração deste estabelecimento escolar na Estratégia Local de Habitação, pelo que a Santa Casa da Misericórdia poderá vir a beneficiar de uma comparticipação comunitária de cerca de quarenta por cento (40%) nos investimentos a realizar no edifício. -----

----- Também no dia 15 de fevereiro reuniu o Conselho Geral da EPAMAC, tendo também decorrido uma reunião de preparação dos Censos de 2021, que contou com a participação da Diretora Regional dos Censos e dos Presidentes de Junta de Freguesia. -----

----- No dia 17 de fevereiro, teve lugar uma reunião com os representantes da Associação de Pais, com as coordenadoras e com os técnicos municipais, para discutir a obra de requalificação a efetuar na Escola EB1 da Feira Nova, cujos trabalhos iniciaram na presente semana. -----

----- Mais tarde nesse mesmo dia realizou-se uma reunião com a Agência de Energia do Porto, estando o Município a aguardar a remessa da minuta de protocolo para formalizar uma parceria para a implementação do Pacto dos Autarcas para o Clima e o Ambiente e da Agenda 2030, em matérias que vão além da competência técnica da Câmara Municipal. -----

----- Para o dia 19 de fevereiro foi agendada uma visita à primeira obra de beneficiação em habitação própria realizada com recurso a verbas do Fundo de Emergência Social, fruto da atualização operada ao respetivo regulamento em setembro de 2019. -----

----- No dia 22 de fevereiro foi efetuada uma visita ao Centro Náutico do Marco de Canaveses com representantes da Associação de Canoagem do Norte, para avaliação das condições para a realização da prova regional de maratonas no Concelho. -----

----- O dia 23 de fevereiro foi preenchido com uma reunião técnica com a Agência Portuguesa do Ambiente, relativa à execução do projeto da Ecopista do Tâmega, e com uma visita às instalações da Associação Desportiva e Cultural de Várzea do Douro, que será dotada de um relvado sintético para promoção da prática desportiva e formação das camadas jovens. -----



----- No dia 25 de fevereiro, decorreu uma reunião com o Secretário de Estado Adjunto da Saúde, Dr. António Sales, com o Diretor da Administração Regional do Norte, com a Diretora do ACES e Conselho Clínico, tendo sido questionado, entre outros temas, o ponto de situação da evolução do modelo de gestão organizacional da USF do Tâmega para Modelo B, traduzindo-se num nível mais exigente de compromisso com a comunidade, designadamente no que concerne ao acesso e qualidade dos cuidados de saúde prestados. A este respeito, o Secretário de Estado assumiu o compromisso de levar o assunto à Ministra da Saúde. -----

----- Nesta mesma reunião também foram partilhadas algumas preocupações com o modelo de funcionamento da Unidade de Saúde Familiar Terras do Românico – as quais já haviam sido discutidas previamente com o ACES e com o Presidente da ARS Norte – ficando desde logo agendada uma reunião para se encontrar uma solução para a melhoria da prestação de cuidados de saúde nesta unidade. -----

----- Outro dos assuntos abordados nesta reunião foi o funcionamento da equipa de cuidados continuados integrados no Marco de Canaveses. Tendo o Município quinze camas disponíveis nesta área, deveria estar dotado de uma equipa especializada para garantir estes cuidados de saúde em contexto domiciliário, a qual não estará a funcionar como deveria. Exposta esta preocupação, o Secretário de Estado propôs que nos próximos quinze dias, a Câmara Municipal de Marco de Canaveses reúna com a Diretora do ACES e com o responsável por esta equipa, por forma a discutir a possibilidade de esta vir a ser reforçada – eventualmente até com a contratação de uma fisioterapeuta – para que estes quinze utentes possam receber os melhores cuidados de saúde em contexto domiciliário. -----

----- Foi também partilhada com o Secretário de Estado a questão referente ao Centro de Saúde do Marco, assumido pelo Município mediante protocolo a celebrar com a Administração Regional de Saúde, visando uma candidatura ao Quadro Comunitário Portugal 2020 para uma participação financeira que ascende a quinhentos mil euros (500.000€). Deu nota de que neste Centro de



Saúde também será instalado o Centro de Diagnóstico Pneumológico, para um tratamento de proximidade a doenças infecciosas, designadamente a tuberculose, com muito elevada incidência no Concelho. Porém, tendo o equipamento técnico necessário um custo de cerca de duzentos mil euros (200.000€), restariam apenas cerca de trezentos mil euros (300.000€) para a modernização e adaptação do espaço do Centro de Saúde, verba que, à partida, se prevê insuficiente, pelo que foi deixado um apelo ao Secretário de Estado para poder rever esta situação, perspetivando-se que a Câmara Municipal tenha de vir a injetar fundos do seu próprio Orçamento para suportar os encargos financeiros resultantes desta obra. -----

----- Também foi proposta ao Secretário de Estado Adjunto da Saúde a criação de uma consulta descentralizada do CRI do Porto para a saúde mental, uma área que está a sofrer os impactos da atual situação de pandemia, e cujos utentes do Marco de Canaveses se veem obrigados a deslocações ao Porto, Braga ou Vila Real, o que não viabiliza um tratamento continuado, dadas as características específicas do mesmo. -----

----- Acrescentou que a descentralização desta consulta também providenciaria um apoio adequado aos utentes inscritos na Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependências (DICAD), sendo esta uma das principais preocupações diagnosticadas pela Rede Social, com o abuso crónico de álcool ou de drogas no Marco de Canaveses com valores acima dos níveis médios da região norte. -----

----- Também no dia 25 de fevereiro reuniu a Equipa para a Igualdade na Vida Local, estando em discussão a elaboração de um manual para a linguagem inclusiva no Marco de Canaveses. -----

----- Em seguida, a Senhora Presidente passou a palavra aos Senhores Vereadores que desejassem intervir neste período. -----

----- O Senhor Vice-Presidente, Mário Bruno Magalhães, no uso da palavra, passou a informar os presentes que no passado dia 22 de fevereiro foi iniciada a construção de dois novos reservatórios de água em Maria Gil, uma empreitada no valor de trezentos e cinquenta mil euros (350.000€), com um prazo de



**MUNICÍPIO DE MARCO DE CANAVESES**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA FIS  
DA CÂMARA MUNICIPAL Nº 04  
REALIZADA EM 26.02.2021**

execução de cento e vinte dias, com uma capacidade de mil e quatrocentos metros cúbicos, o que elevará os níveis de armazenagem de água para os três mil e quinhentos metros cúbicos. Justificou a importância da construção destes novos reservatórios com a necessidade de fazer chegar a água às redes no Torrão e de poupança energética dos grupos de bombagem da ETA de Maria Gil, que já se encontravam a trabalhar quase vinte e quatro horas por dia na época mais seca do verão. -----

----- Deu nota de que na próxima semana irá iniciar a ação de regeneração urbana na Avenida 25 de Abril, na continuidade da empreitada levada a cabo na Avenida Prof. Dr. Carlos Mota Pinto, obra estimada em cerca de cento e setenta mil euros (170.000€), com um prazo de execução de cento e vinte dias. -----

----- Foi também iniciada a requalificação do Largo de Rio de Galinhas, que interligará com aquilo que será o futuro da Casa dos Arcos, empreitada orçada em cerca de cento e vinte e quatro mil euros (124.000€), com um prazo de execução de cento e vinte dias. A intervenção prevê a correção dos danos causados pelas raízes das árvores no pavimento, a demolição do equipamento pré-fabricado existente e a valorização da zona envolvente à antiga sede da Junta de Freguesia de Rio de Galinhas. -----

----- Por fim, fez referência ao início das obras de construção da cozinha e refeitório na Escola EB1 da Feira Nova, um investimento na ordem dos cento e trinta mil euros (130.000€), com um prazo de execução de cento e oitenta dias. Indicou que estes novos espaços também serão utilizados para confeccionar e servir refeições para outras entidades, no âmbito do acordado entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia. -----

----- O Senhor Vereador António Dias, no uso da palavra, expressou a sua satisfação pelo anúncio de instalação de um relvado sintético para servir a Associação Cultural e Recreativa de Várzea do Douro, sabendo-se ser esta uma reivindicação antiga desta associação, sendo uma medida que se adequa justamente ao meritório trabalho que tem vindo a desenvolver na promoção da prática desportiva e formação das camadas jovens. Neste contexto, questionou qual a previsão temporal para a instalação deste relvado. -----



----- No que respeita ao plano de vacinação mencionado pela Presidente da Câmara Municipal, solicitou informações adicionais acerca do planeamento e evolução do mesmo no Marco de Canaveses. -----

----- A Senhora Presidente, respondendo à questão referente ao plano de vacinação, indicou que este principiou com as forças de segurança e bombeiros voluntários, com algumas vacinas sobrantes a serem administradas a utentes de risco. -----

----- No dia 23 de fevereiro teve início o plano de vacinação oficial do ACES, que solicitou a colaboração da Câmara Municipal, que disponibilizou quatro técnicos superiores para efetuar os agendamentos junto dos cidadãos mais idosos, sendo que nesta fase irão ser vacinados prioritariamente os cidadãos com mais de oitenta anos, ou com mais de cinquenta anos, portadores de determinadas patologias. -----

----- Também foi solicitada a cooperação dos Presidentes das Juntas de Freguesia que têm capacidade logística para colaborar no transporte de utentes.

----- Indicou que até ao momento o plano de vacinação tem sido executado com sucesso, com um horário alargado de funcionamento do local escolhido pelo ACES para proceder à vacinação, pelo que o normal desenvolvimento deste plano estará apenas dependente da disponibilização diária de vacinas. -----

----- A Senhora Vereadora Alexandra Rabaçal, em complemento, explicou que as vacinas têm sido reencaminhadas desde Coimbra em base diária, sendo os agendamentos efetuados em função da disponibilidade do número de vacinas, o que justifica a reduzida antecedência com que os utentes são convocados para a vacinação. -----

----- O Senhor Vereador Paulo Couto, em complemento, começou por anunciar que além do já mencionado relvado sintético para a Associação Cultural e Recreativa de Várzea do Douro, também será instalado um equipamento similar que irá beneficiar o Grupo Desportivo de Soalhões, ambos os investimentos justificados pelas reivindicações das respetivas Direções, para uma maior aposta na formação desportiva, principalmente das camadas jovens. -----

----- Informou que no caso da Associação de Várzea do Douro, estão neste



**MUNICÍPIO DE MARCO DE CANAVESES**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA FIS  
DA CÂMARA MUNICIPAL Nº 04  
REALIZADA EM 26.02.2021**

momento a ser recolhidos orçamentos para a instalação do relvado sintético, bem como para uma intervenção distinta, ao nível do gradeamento a instalar na bancada, por questões de segurança. A perspetiva é que no início da próxima época desportiva estes equipamentos já estejam devidamente instalados e prontos para serem utilizados. -----

----- O Senhor Vereador Vítor Gonçalo, no uso da palavra, introduziu a sua intervenção com uma nota de congratulação ao Executivo pelos investimentos anunciados, com particular incidência na área da educação, desporto e juventude, e redes de abastecimento de água e saneamento. -----

----- Importa salientar, porém, que à semelhança do ocorrido nos doze anos em que o PSD governou os destinos da Câmara Municipal de Marco de Canaveses, todos os investimentos efetuados na rede de água e saneamento são concretizados a expensas do Orçamento Municipal, pelo que se perspetiva moroso, do ponto de vista estratégico, o processo que visa alcançar os níveis desejados de cobertura de rede no território concelhio. Neste contexto, solicitou ao Executivo dados concretos acerca do investimento global necessário para atingir os níveis de cobertura a que a Câmara Municipal se propôs. -----

----- Visando uma comparticipação de fundos comunitários que alavancaria sobremaneira este tipo de investimentos, continua a ser entendimento do Partido Social Democrata que a melhor solução, não obstante o custo imediato – financiado por empréstimo a longo prazo – seria pugnar pelo resgate da concessão, uma vez que um investimento efetuado com recurso exclusivo às verbas próprias da Câmara Municipal dificilmente atingirá níveis de cobertura satisfatórios ou critérios de igualdade e de atratividade entre os territórios, passíveis de reduzir as assimetrias existentes. -----

----- Relativamente aos fundos europeus que serão canalizados para o Estado Português, questionou qual a visão estratégica da Câmara Municipal para a utilização de eventuais fundos que sejam encaminhados para o Município de Marco de Canaveses, e se existem garantias por parte do Governo de execução de duas obras estruturantes para a região, como a requalificação do IC35 – para potenciação da indústria existente no Baixo Concelho – e a variante de ligação



entre Quintã e Mesquinhata. -----

----- A Senhora Presidente, em resposta, e começando pela questão referente ao investimento necessário para atingir razoáveis níveis de cobertura de abastecimento de água e saneamento no Concelho, de acordo com os indicadores da ERSAR e com as metas estabelecidas pelo Município, informou que está a ser levado a cabo um estudo que permitirá aferir estes valores, bem como as principais prioridades de investimento, cujos dados serão oportunamente partilhados com os Vereadores. -----

----- Salientou, no entanto, que a Câmara Municipal não tem estado parada, investindo num conjunto de projetos – apontando como exemplos a intervenção a realizar no Lugar do Monte (Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão), ou a construção dos dois novos reservatórios em Maria Gil. -----

----- Acrescentou que perante o volume de investimentos que se perspetivam nesta e noutras áreas, é natural que a Câmara Municipal se veja obrigada a reforçar ainda mais a rubrica relativa a estudos e projetos, já cabimentada com cerca de quinhentos mil euros (500.000€) – na sequência da revisão orçamental que teve o voto contra do Partido Social Democrata – uma vez que o Gabinete de Projetos da Câmara Municipal não tem disponibilidade para elaborar todos os projetos necessários, os quais se pretende que integrem uma carteira que esteja disponível para beneficiar dos fundos europeus canalizados para o país. -----

----- No referente ao Plano de Resiliência, começou por se congratular com a inclusão da variante entre Mesquinhata – Quintã e da requalificação do IC35 neste documento estratégico – obras que também já integravam o Plano Nacional de Investimentos. -----

----- Quanto às eventuais garantias de que estas obras serão executadas, declarou que as expetativas do Executivo assentam não só no facto de as mesmas integrarem o Plano de Resiliência, conforme mencionado, mas também no trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela Autarquia nos últimos três anos. Recordou, a título de exemplo, que em fevereiro de 2020, em reunião com o Secretário de Estado das Infraestruturas e com o Presidente da Câmara Municipal de Penafiel, e na sequência de um conjunto de outras reuniões, o





**MUNICÍPIO DE MARCO DE CANAVESES**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA FIS  
DA CÂMARA MUNICIPAL Nº 04  
REALIZADA EM 26.02.2021**

Município de Marco de Canaveses manifestou total disponibilidade para colaborar, do ponto de vista técnico, com a Infraestruturas de Portugal, para fazer avançar o projeto de requalificação do IC35. -----

----- Em relação à variante de ligação entre Mesquinhata e Quintã, assinalou que embora a obra já tenha estado a concurso, na vigência do Governo liderado pelo PSD, a verdade é que a mesma não tinha parecer favorável da Agência Portuguesa do Ambiente, pelo que a sua execução estaria à partida comprometida. Tendo o projeto sido posteriormente avaliado e chumbado pela APA, tornou-se necessário que o Ministério das Infraestruturas refizesse o projeto, estando a sua revisão entregue a uma empresa, prevendo-se que esteja concluído até ao mês de junho, seguindo-se um período de consulta pública. ---

----- Em relação ao planeamento que estará a ser feito no âmbito do Plano de Resiliência, deu nota de que foram solicitados alguns contributos por parte dos serviços técnicos da Câmara Municipal, os quais foram posteriormente remetidos à Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, tendo sido identificadas algumas lacunas ao nível da Proteção Civil, que poderão eventualmente ser corrigidas com investimentos integrados neste plano. -----

----- O Senhor Vice-Presidente, Mário Bruno Magalhães, em complemento, e respondendo concretamente à pergunta formulada pelo Vereador Vítor Gonçalo, sobre qual o investimento necessário para dotar o Concelho de Marco de Canaveses de um nível aceitável de cobertura de abastecimento de água e saneamento, começou por assinalar que esse investimento só está do lado do Município por força da modificação unilateral do contrato de concessão operada pelo anterior Executivo liderado pelo Partido Social Democrata, uma vez que, de acordo com o contrato de concessão original, todos estes investimentos seriam da responsabilidade da empresa concessionária. Assim, e embora se reconheça a redução no tarifário, na ordem dos trinta por cento (30%), alcançada com a modificação unilateral do contrato, importa perceber se essa redução foi suficiente para equilibrar o nível de investimento que passou para a esfera do Município de Marco de Canaveses, igualmente suportado pelos cidadãos. Consequentemente, a questão colocada pelo Vereador muito surpreende, uma



vez que seria expectável que esses cálculos do nível de investimento necessário para uma cobertura de rede satisfatória no Concelho tivessem sido efetuados pelo anterior Executivo, antes de deliberar a referida modificação unilateral ao contrato de concessão com a Águas do Marco. -----

----- Acrescentou que estando em causa uma parceria público-privada de primeira geração, mais gravosa se torna a circunstância de a Câmara Municipal ter chamado a si todos os encargos financeiros pelos investimentos em infraestruturas, cabendo simplesmente à Águas do Marco a tarefa de gerir e faturar pela utilização das mesmas. -----

----- Sublinhou também que o investimento que é realizado pela Câmara Municipal não é exclusivo para o alargamento das redes existentes, mas fundamentalmente para garantir a sua necessária manutenção e sustentabilidade, mediante intervenções como aquelas que serão concretizadas na ETA de Semialho, ou nos depósitos de água de Maria Gil, ou na construção da ETAR de Ponte das Tábuas. -----

----- Aditou que a recente substituição de Vereadores na composição do órgão executivo, se parte de uma estratégia política, nunca poderá apagar a memória da evolução destes processos, desde a assinatura do contrato de concessão, até à sua modificação unilateral, efetivada pelo Executivo do PSD, aparentemente sem ter um cálculo assertivo de qual seria a despesa resultante para o Município e chamando a si a responsabilidade pelos investimentos no alargamento da cobertura da rede, fatores que se revelam altamente preocupantes, do ponto de vista gestor. -----

----- O Senhor Vereador Vítor Gonçalo, usando novamente a palavra, deixou primariamente um apelo para que na discussão destas matérias não se caísse na tentação de personalizar, ressalvando que à data da efetivação da modificação unilateral do contrato de concessão não exercia funções executivas na Câmara Municipal de Marco de Canaveses. -----

----- Refutou também a ideia de que a substituição de Vereadores poderá integrar uma qualquer estratégia política, indicando que a mesma não corresponde de todo à verdade. -----



**MUNICÍPIO DE MARCO DE CANAVESES**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA FIS  
DA CÂMARA MUNICIPAL Nº 04  
REALIZADA EM 26.02.2021**

----- Do conhecimento que detém acerca de todo este processo, fez notar que está em discussão uma concessão leonina, com várias lacunas e debilidades, e que nunca defendeu o interesse público do Marco de Canaveses, razão pela qual o Executivo, à época, optou por levar a cabo uma modificação unilateral ao contrato de concessão, para evitar que os Marcoenses suportassem integralmente a fatura da água que seria a mais cara do país, tendo-se traduzido numa redução de trinta por cento (30%) ao nível da faturação de consumos. ----

----- Relativamente à condenação em Tribunal Arbitral ao pagamento de uma indemnização no valor de dezasseis milhões de euros (16.000.000€) – que com o acréscimo de juros, já deverá ultrapassar largamente os vinte milhões de euros (20.000.000€) – fez notar que esse valor diz respeito à reposição do equilíbrio financeiro da concessão, relativamente aos primeiros oito anos de vigência – uma vez que o contrato de concessão estabelece que se a mesma não for rentável, garantindo aos investidores uma taxa de rentabilidade escandalosamente alta – superior a dez por cento (10%) dos capitais investidos anualmente – a concessionária tem o direito de exigir esta reposição do equilíbrio financeiro, por via de indemnização compensatória. -----

----- Assim, e se levados em linha de conta os anos volvidos desde então, podendo uma eventual reposição do equilíbrio financeiro da concessão ascender a mais de trinta milhões de euros (30.000.000€), torna-se particularmente urgente continuar a trilhar o caminho da negociação do resgate da concessão. -

----- Relativamente aos investimentos que a Câmara Municipal chamou à sua responsabilidade, destacou que durante os anos em que o contrato de concessão vigorou sem percalços, a empresa concessionária não efetuou qualquer tipo de investimento no alargamento das infraestruturas de água e saneamento, como seria sua obrigação contratual, limitando-se a reconhecer no seu ativo as infraestruturas transferidas pelo Município. -----

----- Quanto à pertinência da questão por si anteriormente colocada, declarou que a mesma fica clara pela ausência de uma resposta pronta e concreta por parte do Executivo, bem como pelo reconhecimento de que grande parte do investimento concretizado pela Câmara Municipal é para manutenção da



sustentabilidade da rede existente, e não tanto para o alargamento da cobertura no território do Concelho. -----

----- Defendendo uma vez mais os benefícios do resgate da concessão, frisou a possibilidade de poder alavancar estes investimentos com recurso a fundos comunitários, compreendendo-se que apenas com o Orçamento Municipal serão praticamente inexequíveis os níveis de cobertura indicados pela entidade reguladora ERSAR e estabelecidos como meta pelo Município – sendo este um dos pontos de divergência que motivou o voto contra do Partido Social Democrata à revisão orçamental apresentada. -----

----- O Senhor Vice-Presidente, Mário Bruno Magalhães, em resposta, declarou que, como é do conhecimento geral, todas as parcerias público-privadas firmadas acabaram por ser penalizadoras para os Municípios, circunstância que no Marco de Canaveses foi agravada pela modificação unilateral do contrato de concessão, que transferiu para a esfera municipal a responsabilidade pelos investimentos no alargamento das redes públicas de água e saneamento – ação que, embora naturalmente bem intencionada, se traduziu no desequilíbrio da concessão e numa fatura que ainda hoje continua a ser paga pelos Marcoenses, ainda que não seja pela via tarifária. -----

----- Mais do que os acertos de contas devidos entre o Município e a empresa concessionária, destacou o problema de sustentabilidade que deriva da Lei de Bases à qual o Plano Diretor Municipal se tem de ajustar, que exige para se poder classificar um solo como urbano e construir, é necessário que existam previamente infraestruturas de água, saneamento e outras. -----

----- A Senhora Presidente, em complemento à resposta ao Vereador Vítor Gonçalo, reiterou que, de facto, se é verdade que os Marcoenses foram beneficiados com uma redução na faturação da água e saneamento na ordem dos trinta por cento (30%), também é verdade que são exatamente os mesmos Marcoenses que estão hoje a suportar os encargos advenientes da modificação unilateral ao contrato de concessão operada pelo Executivo do PSD, e que poderão ter de suportar os mais de trinta milhões de euros (30.000.000€) que a empresa concessionária poderá exigir no âmbito do reequilíbrio financeiro da



concessão. -----  
----- Por outro lado, tendo chamado a si a responsabilidade pela execução de investimentos no alargamento das redes de água e saneamento – porventura contando com a possibilidade de poder aceder a cofinanciamento comunitário – a Câmara Municipal, em mandatos anteriores, também se revelou incapaz de concretizar os investimentos assumidos, circunstância igualmente prejudicial para o Concelho de Marco de Canaveses. -----  
----- Frisou que contrariamente àquilo que o Vereador deixa transparecer, a Câmara Municipal, no corrente mandato, não tem parado de investir e de realizar obra estruturante na área do abastecimento de água e saneamento – tendo já sido mencionados na presente reunião alguns dos investimentos mais relevantes programados para esta área – partilhando da preocupação de que o Município venha a atingir um nível de cobertura mais razoável e satisfatório. Com esse objetivo, a Câmara Municipal não só contratou uma empresa especializada para atualização destes dados e definição de um plano estratégico de investimento neste setor, como está a apostar fortemente no planeamento antecipado e na elaboração de projetos, confiante de que será possível aceder a fundos comunitários que permitam alavancar estes investimentos. -----  
----- Além disso, salientou o facto de o Executivo ter honrado o compromisso assumido com o eleitorado, de isentar os Marcoenses do pagamento de taxas de ramal e de ligação às redes públicas de abastecimento de água e saneamento, passando a ser a Câmara Municipal a suportar estes encargos financeiros, por entender que este também é um investimento fundamental no desenvolvimento do Concelho, na saúde pública e na sustentabilidade ambiental. -----  
----- O Senhor Vereador Vítor Gonçalo clarificou que em momento algum indicou que o atual Executivo nada investiu na expansão das redes de água e saneamento – tendo inclusivamente enaltecido os investimentos efetuados e programados para esta área específica – salientando simplesmente que uma boa parte do investimento realizado se traduz na manutenção das infraestruturas já existentes e no garante do seu bom funcionamento. -----



**MUNICÍPIO DE MARCO DE CANAVESSES**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA FIS  
DA CÂMARA MUNICIPAL Nº 04  
REALIZADA EM 26.02.2021**

----- Uma vez mais ressalvou que a condenação ao pagamento de uma indemnização de dezasseis milhões de euros (16.000.000€), por veredito do Tribunal Arbitral, nada tem a ver com a modificação unilateral do contrato de concessão, mas com a reposição do reequilíbrio financeiro, no referente aos primeiros oito anos em que vigorou esta concessão. -----

----- A Senhora Presidente venceu que, não obstante o exposto pelo Vereador, a modificação unilateral do contrato também contribuiu para agravar o desequilíbrio financeiro da concessão, além de que contemplava um volume de investimento que a Câmara Municipal nunca foi capaz de concretizar. -----

----- No que diz respeito à intenção de resgate da concessão, assinalou que em três mandatos, num total de doze anos, e apesar da contratação de uma equipa de advogados por uma verba que ascendeu a trezentos e setenta mil euros (370.000€), o Executivo liderado pelo PSD também se manifestou incapaz de fazer chegar as negociações a bom porto. -----

----- Perante a argumentação apresentada, desafiou o Vereador do PSD a clarificar as razões objetivas da discordância no que concerne às opções de investimento delineadas pela Câmara Municipal. -----

----- O Senhor Vereador Vítor Gonçalo, em resposta, esclareceu que não discorda das obras que serão levadas a cabo e anteriormente elencadas, mas sim das opções estratégicas tomadas, sendo que o Orçamento Municipal não contempla qualquer verba que indicie que seja tomada uma decisão no sentido do resgate da concessão, sendo este um processo que o anterior Executivo tinha já bem adiantado, com valores concretos em cima da mesa. -----

----- A Senhora Presidente, em resposta, declarou que pela vasta experiência acumulada pelo Vereador quando teve a seu cargo o pelouro das finanças, certamente não terá dúvidas que assim que essa opção gestonária estiver no horizonte da Câmara Municipal, de imediato proceder-se-á a uma revisão orçamental para cabimentar a verba necessária para efetivar o resgate da concessão. -----

----- Reiterou que a Câmara Municipal tem sido diligente neste processo – exceção feita ao período em que um Vereador do PSD interpôs uma providência



cautelar para obstar à contratação, por parte do Executivo, de uma nova equipa de advogados – pelo que a não abertura de uma rubrica concreta que contemple uma verba para o eventual resgate da concessão não poderá justificar o voto contra do PSD a uma revisão orçamental que abrange tão significativo volume de investimento estruturante para o desenvolvimento do Concelho de Marco de Canaveses. -----

----- Encerrando este período, estendeu o convite aos Vereadores para uma visita ao Auditório da Escola EB 2/3 do Marco – cujas intervenções de requalificação estão praticamente concluídas – no próximo dia 12 de março, em momento prévio à realização da Reunião de Câmara agendada para o mesmo dia. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente deu por encerrado este período, passando para a ordem de trabalhos. -----

-----**ORDEM DE TRABALHOS**-----

1. *Aprovação da ata da reunião ordinária de Câmara Municipal do dia 12 de fevereiro de 2021* (cujas cópia foi enviada a todos os membros deste Órgão), a qual, depois de lida, foi **aprovada por unanimidade**. -----

2. *Balancete de Tesouraria do dia 25 de fevereiro de 2021*. Foi apreciado o Balancete de Tesouraria de 25.02.2021, onde se constatou que havia um saldo de 14.983.220,15€ (catorze milhões, novecentos e oitenta e três mil, duzentos e vinte euros, e quinze cêntimos) de Operações Orçamentais, e 1.691.338,86€ (um milhão, seiscentos e noventa e um mil, trezentos e trinta e oito euros, e oitenta e seis cêntimos) de Operações não Orçamentais. -----

**Tomado conhecimento**. -----

3. *Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Marco de Canaveses e o atleta Emanuel António Teixeira da Rocha (Contrato N.º 14/GAV/2021)* (Doc. 03). Presente à reunião minuta do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo. Pela Sra. Presidente foi exarado o seguinte despacho: “À Câmara 23/02/2021”. -----



**Deliberado por unanimidade aprovar a minuta do contrato-programa de desenvolvimento desportivo, a estabelecer entre o Município de Marco de Canaveses e o atleta Emanuel António Teixeira da Rocha, para a atribuição de uma comparticipação financeira no valor de 500,00€ (quinhentos euros) para a prossecução do programa de apoio a atletas individuais apresentado na cláusula segunda do presente contrato. Mais foi deliberado dar poderes à Senhora Presidente ou seu substituto legal para outorgar no respetivo contrato. -----**

4. *Protocolo de Colaboração entre o Município do Marco de Canaveses e a Associação Cultural e Recreativa de Paços de Gaiolo – Apoio Financeiro (Doc. 04).* Presente à reunião minuta do protocolo de colaboração mencionada. Pela Sra. Presidente foi exarado o seguinte despacho: “À Câmara 23/02/2021”. -----

**Deliberado por unanimidade aprovar a minuta do protocolo de colaboração a estabelecer entre o Município do Marco de Canaveses e a Associação Cultural e Recreativa de Paços de Gaiolo, para atribuição de apoio financeiro no valor de 500,00€ (quinhentos euros), de acordo com candidatura apresentada. Mais foi deliberado dar poderes à Senhora Presidente ou seu substituto legal para outorgar no respetivo protocolo. --**

5. *Protocolo de Cooperação a estabelecer entre a Autarquia, a Santa Casa da Misericórdia do Marco de Canaveses e o Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto.* Presente à reunião proposta e minuta do protocolo mencionado. Pela Sra. Presidente foi exarado o seguinte despacho: “À Câmara 23/02/2021”. -----

**Deliberado por unanimidade aprovar a proposta nos termos apresentados, bem como a minuta do Protocolo de Cooperação a estabelecer entre a Autarquia, a Santa Casa da Misericórdia do Marco de Canaveses e o Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto, no âmbito do teor do protocolo apresentado. Mais foi deliberado dar poderes à Senhora Presidente ou seu substituto legal para outorgar no respetivo protocolo. --**





6. *Abertura de conta bancária específica para o INE no âmbito dos Censos 2021* (Doc. 06). Presente à reunião informação do Chefe de Divisão de Administração Geral e Finanças. Pela Sra. Presidente foi exarado o seguinte despacho: “À Câmara 23/02/2021”. -----  
**Deliberado por unanimidade aprovar a abertura de conta bancária em nome do Município do Marco de Canaveses, específica para o INE no âmbito dos Censos 2021, para depósito da dotação atribuída pelo INE, I.P., e pagamentos de todas as despesas relativas aos Censos 2021 e efetuados em nome deste instituto.** -----
7. *Quota anual – Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.* (Doc. 7). Presente à reunião proposta mencionada. Pela Sra. Presidente foi exarado o seguinte despacho: “À Câmara 23/02/2021”. -----  
**Deliberado por unanimidade aprovar o pagamento relativo à quota anual de 2021, no valor de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros), ao Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.** -----
8. *Auto de cedência de parcela de terreno ao domínio público municipal* (Doc. 8). Presente à reunião proposta mencionada. Pela Sra. Presidente foi exarado o seguinte despacho: “À Câmara 23-02-2021”. -----  
**Deliberado por unanimidade aprovar o Auto de Cedência de Parcela de Terreno ao Domínio Público Municipal, sito na Rua da Cabrita, Freguesia de Constance, bem como as alterações no que concerne ao traçado do arruamento e por conseguinte a alteração da área a ceder ao Domínio Publico Municipal. Mais se delibera por unanimidade proceder à anulação da deliberação do Ponto n.º 21 da Reunião de Câmara de dia 22 de janeiro de 2021. Mais foi deliberado dar poderes à Senhora Presidente ou seu substituto legal para outorgar no respetivo contrato.** -----
9. *Aceitação de doação de uma webcam* (Doc. 9). Presente à reunião informação apresentada pelo Chefe de Divisão de Administração Geral e Finanças. Pela Sra. Presidente foi exarado o seguinte despacho: “À Câmara 23/02/2021”. -----



**Deliberado por unanimidade aceitar a webcam, a título de doação, nos termos do artigo 33.º do n.º 1, alínea j) do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

----- No final do período da ordem do dia, a Senhora Presidente deu a palavra aos munícipes presentes que desejassem intervir. Não se registaram pedidos de intervenção neste período. -----

-----**APROVAÇÃO DE ATA EM MINUTA**-----

E nada mais havendo a tratar, quando eram dezassete horas e dez minutos a Senhora Presidente declarou encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que foi aprovada em minuta, nos termos do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. E eu, Maria da Piedade Ferreira Teixeira, Coordenadora Técnica da Secção de Administração Geral da Câmara Municipal, a subscrevi e assino. -----

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_**A Presidente da Câmara Municipal**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
-----**Dra. Cristina Vieira**-----

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_